

Fotografar a esperança em movimento

# As Campanhas de Dinamização Cultural do MFA em imagens únicas

A partir de 2 de Junho e até fins de Julho, a sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa, acolhe a exposição «Campanhas de Dinamização Cultural do MFA (Operação Guarda e Maio-Nordeste)», da autoria de Manuel Brito, que apresenta parte do espólio fotográfico oferecido pelo autor ao Centro de Documentação 25 de Abril. Que experiência foi esta que pretendeu levar ao norte rural o programa do MFA de «desenvolvimento do povo português»?

RUI BEBIANO \*

A maioria da oposição ao Estado Novo, próxima do grande ideário socialista e republicano, sempre procurou identificar o povo, considerado na diversidade da sua composição mas também na unidade simbólica, como actor, sujeito e destinatário do combate por uma sociedade mais justa e mais democrática, liberta da pobreza e da ditadura. Do lado contrário, a doutrina salazarista valorizava a exemplaridade da vida rural como fundamento telúrico da nação, atribuindo ao «povo português», em particular ao que habitava as aldeias do interior, tomado como de índole dócil, temente a Deus e respeitador da autoridade do Estado, um lugar determinante como fonte da soberania e como protagonista do destino pátrio. Por isso, logo após o 25 de Abril, a construção da legitimidade revolucionária colocou na ordem do dia uma redefinição e uma reapropriação do lugar e da voz do povo.

Se é verdade que, com a queda do regime, surgiu por momentos no vocabulário político uma noção difusa e abrangente de «povo português», comportando segmentos muito diversos, o grande peso então ainda

conservado pelo campesinato e pelo universo rural determinará, de forma paradoxalmente análoga àquela que o regime derubado reclamara, a necessidade de o integrar como eixo da sua matriz cultural mais «autêntica». Neste processo foi decisiva a intervenção do Movimento das Forças Armadas (MFA). Se de início este se propôs interpretar, como proclamou, «as aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português», tomado como um todo, com a rápida emergência dos primeiros conflitos políticos pós-Abril e dos movimentos sociais a eles associados tornou-se claro que ele de modo algum constituía uma entidade una e abstracta, que a todos pudesse integrar.

Alguns dos sectores mais dinâmicos e politizados do Movimento procuraram então, separando o trigo do joio, definir a sua essência e ouvir a sua voz, de forma a legitimar uma intervenção pública que não podia ser justificada apenas pela intervenção dos militares no consumo vitorioso do 25 de Abril. A evolução orgânica do MFA processou-se pois no contexto de um imaginário social de libertação, apoiado num universo simbólico

de luta contra a pobreza e contra a injustiça que tinha o povo simultaneamente como fonte e destinatário de toda a mudança. Excluídos que estavam «os seus exploradores e respectivos serventuários», esse «Povo», grafado agora com maiúscula, passava a ser aceite como o «conjunto dos trabalhadores de um país», tal qual o referia um «texto de apoio» saído em 1975. Todavia, a sua essência iria ser ressemantizada e reinventada à luz de um novo quadro.

No âmbito das Campanhas de Dinamização Cultural e de Acção Cívica do MFA, anunciadas a 23 de Outubro de 1974 e coordenadas pela Comissão Dinamizadora Central (CODICE), integrada à época na 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, a «ruralidade a norte» iria então tornar-se o «centro mobilizador de práticas e discursos» – expressão utilizada pela antropóloga Sónia Vespeira de Almeida – que tomava o povo e o campesinato, em particular o associado à pequena propriedade rural enquanto categoria da população tomada como mais representativa, na qualidade de fonte e de último alvo. As Campanhas foram então ao en-

contro de um novo «Povo do MFA», determinando uma intervenção revolucionária que implicava uma dinâmica vinda «de baixo», associada às necessidades e aspirações do meio rural, à sua cultura própria, à sua «autenticidade», com a qual as forças mais politizadas, provindas dos ambientes urbanos, deveriam de facto aprender.

Ao mesmo tempo, as comunidades visadas deveriam integrar uma nova ordem política em construção, colocando o potencial revolucionário, que se presumia deterem, ao dispor de uma transformação que deveria envolver o povo português no seu todo. Daí as Campanhas, vocacionadas principalmente para o Minho, o Nordeste transmontano e a Beira Interior – regiões consideradas mais pobres, mais carentes de mudança e por isso olhadas como mais «autênticas» –, conterem em simultâneo uma dimensão de aprendizagem revolucionária, para aqueles que as levavam a cabo, e de doutrinação, para os que delas, em cada aldeia ou lugar, eram a motivação e o objectivo. O conteúdo das sessões de esclarecimento realizadas no terreno, a escolha dos filmes projectados,



OPERAÇÃO MAIO-NORDESTE (BRAGANÇA, 1975). Animação desportiva no Seminários de Vinhais onde, pela primeira vez, entraram raparigas nesta instituição, sendo o Desporto o factor essencial para esse acontecimento. De notar a colaboração neste evento de diversos militares dos três ramos das FFAA. Nesta foto, um Cabo FZE com um grupo de raparigas que participaram nesse evento desportivo.



OPERAÇÃO MAIO-NORDESTE (BRAGANÇA, 1975). Vinhais. Construção de um recinto polidesportivo. Na fotografia, regista-se a presença de alguns jornalistas de periódicos do Porto - que estavam nesse dia a acompanhar os nossos trabalhos - de alguns militares e, com uma camisola vermelha, o Prof. Francisco Carreiro da Costa (Direcção-Geral dos Desportos). Está igualmente no centro da foto um conhecido político brasileiro, o ex-deputado David Lerer, com uma farda verde-oliva, que acompanhou durante muito tempo a nossa missão. Há muitas referências à vida deste médico e político brasileiro, então refugiado em Portugal, nomeadamente no livro "O Despertar da Revolução Brasileira" (1974), da autoria do igualmente ex-deputado brasileiro Márcio Moreira Alves (f. 04/04/2004).

das peças de teatro representadas ou a selecção das leituras propostas, todos com uma forte carga política, por vezes apologetica do papel desempenhado pelo povo nas grandes viragens históricas, materializou este duplo movimento orientado para aprender e para ensinar, para dar a conhecer, que através dos meios de comunicação então ao dispor os seus responsáveis procuraram depois projectar como modelares junto do resto da população.

### Politização e «acção cívica»

Estas iniciativas tinham por objectivo primordial «cumprir integralmente o Programa do MFA e colocar as Forças Armadas ao serviço de um projecto de desenvolvimento do povo português», bem como preencher aquele que se entendia ser «o vácuo cultural e de informação política». Em *O Labirinto da Saudade*, Eduardo Lourenço considerou-as destinadas a promover a destruição pela raiz do que se considerava ser uma «mera pintura superficial do País», lançando a intervenção dos militares num processo de politização que deveria alterar qualitativamente, e o mais rapidamente possível, a atitude passiva e culturalmente conservadora que, de forma atávica, dominava as populações rurais. Pretendia-se com esta intervenção confrontar os conteúdos de um passado ditatorial, denunciando-o e tornando-o público, enunciando e tornando perceptí-

veis as novas possibilidades que a revolução trazia.

Até à extinção da CODICE, logo no dia 26 de Novembro de 1975, a sua actividade passou por duas fases distintas: a primeira integrou principalmente as já referidas sessões de esclarecimento, associadas à representação de uma peça de teatro ou à apresentação de um filme, escolhidos com o objectivo de politizar as populações que o regime derrubado fizera por manter despolitizadas; já a segunda fase, iniciada após os acontecimentos de 11 de Março, e mais vocacionada para a «acção cívica», propunha-se associar as brigadas de militares enviadas para o terreno a tarefas objectivas de resolução de problemas locais, de efectivo melhoramento das condições sociais e de ampliação dos horizontes culturais das populações, principalmente as desse «país rural» queurgia conquistar: O «Portugal dos campos» surge então como destino privilegiado da intervenção dos militares neste domínio, sendo o «povo», assumido como interlocutor, definido pelo modelo, considerado o mais «autêntico», da «cultura camponesa». Antes ainda da fase de radicalização política que teve lugar na Primavera e no Verão de 1975, durante a qual a legitimidade revolucionária passou em grande parte para a classe operária e para os seus aliados dos meios citadinos, o «país do MFA» era assim, essencialmente, o Portugal rural. Foi por essa via que, em boa parte, o MFA alargou a sua visibilidade e iniciativa a áreas situadas fora das cidades, conquistando um alcance nacional.

emência, em condições de nos devolverem esse esforço de aproximação a comunidades rurais, isoladas, que pela primeira vez tiveram a oportunidade de quebrar o seu isolamento e de ver a vida a transformar-se, participando ao mesmo tempo na mudança geral do país.

Nesta exposição, inaugurada em Coimbra no passado mês de Abril, e que agora se apresenta em Lisboa na sede da Associação 25 de Abril, mostram-se 40 fotografias, de um total de 204, cedidas pelo autor ao Centro de Documentação 25 de Abril, que comprovam o carácter único e pioneiro que as Campanhas tomaram. Observando-as, na sua nitidez, rara aliás para a maioria dos «instantâneos» algo descoloridos que nos chegam da época, é possível aferir um movimento, uma dinâmica em marcha, que perturba a secular modorra aldeã tão prezada por Salazar. Olhando-as agora, vemos o empenho da população, em conjugação com os militares em campanha, na descoberta de possibilidades, como a prática do desporto ou a possibilidade de circular por estradas condignas, hoje naturalizadas mas que constituíam então a projecção de uma nova vida e de um futuro que se antevia melhor.

Numa das imagens, particularmente expressiva, várias raparigas muito jovens, visivelmente felizes, posam ao lado de um fuzileiro de camuflado, para o fotógrafo recém-chegado da cidade. Naquele dia, pela primeira vez alguém que não fosse homem ou rapaz entrava, sem quaisquer limitações, nas instalações do seminário católico local. A sua presença naquele lugar representava um mundo novo e esperançoso que se abria. ■

\* Historiador, professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. Dirige o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.



OPERAÇÃO MAIO-NORDESTE (BRAGANÇA, 1975). Vinhais. Construção de um espaço lúdico infantil (então designado por "ginásio rural"), na zona fronteira ao adro da igreja, com a colaboração dos militares que integravam a equipa destacada para este concelho, de muitos elementos da população e das próprias crianças e jovens.